



Arg. ex 14/85

Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXERCÍCIO DE 19 85

INTERESSADO: Etta Fern G. de Assis

PROJETO DE LEI N.º

PROTOCOLADO SOB O N.º 1379/85

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º

04/85

ASSUNTO:

Projeto de Decreto Legislativo considerando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Jardim Camburi, nesta Capital.

AUTUAÇÃO

Aos 02 dias do Mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, autuo, nos termos da lei, a petição de fls. 1 e mais documentos que se seguem.

Exrocha

PROTOCOLISTA



Câmara Municipal de Vitória

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Protocolo Geral:

N.º 1379/85

Em 02 de 08 de 19 85

LR Rodho

Protocolista

N. _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/85

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JARDIM CAMBURÍ, com sede no Bairro Jardim Camburí, nesta Capital.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salão Maria Ortiz, 01 de agosto de 1985.

Etta Fern

ETTA FERN GONÇALVES DE ASSIS

VEREADORA - PMDB



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

N. _____

J U S T I F I C A T I V A

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JARDIM CAMBURÍ, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundado na cidade de Vitória, em 29 de março de 1980.

A finalidade precípua da Associação é promover e contribuir para o surgimento, formação, desenvolvimento do espírito e da vida social comunitária local e contribuir indiretamente nas promoções das comunidades do Município e do Estado; Estudar as condições sociais, econômicas, educacionais, ambientais, sanitárias e assistenciais do Bairro e Circunvizinhas, cientificando aos Poderes Públicos e Entidades Responsáveis, solicitando-lhes as devidas providências para soluções cabíveis e ajudando no que lhe for possível para a concretização dos fins almeçados; Idealizar, planejar, realizar ou participar de programação e campanhas de caráter geral que visem a organização e o desenvolvimento da Comunidade local e de outros Municípios e do Estado, objetivando a promoção humana; Organizar a sede da " ACJAC" para ser utilizada como centro das atividades Comunitárias do Bairro e adjacências.

A " ACJAC" não tem fins político-partidários ou sectarios nem excluirá de seus quadros pessoais, grupos ou entidades em razão de raça, cor, nacionalidade e religião, desde que se submete aos postulados desta Associação.

Assim, conclamo aos nobres edis, votarem favoráveis ao presente projeto.

Estevão Amil

ESTATUTOS

DA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JARDIM CAMBURI

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º - Sob a denominação de "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JARDIM CAMBURI, com a sigla "ACJAC" fica constituída uma sociedade civil, de natureza privada, sem fins lucrativos, cuja instituição, organização e atividade são regidas pelos presentes Estatutos, aprovados em Assembleia Geral.

§ ÚNICO - A Associação Comunitária de Jardim Camburi "ACJAC" terá sua sede no Bairro Jardim Camburi, com foro jurídico em Vitória, Sede Municipal e Capital do Estado do Espírito Santo.

Art. 2º - A "ACJAC" tem por finalidade:

- a) - Promover e contribuir para o surgimento, formação, desenvolvimento do espírito e da vida social comunitária local e contribuir indiretamente nas promoções das comunidades do Município e do Estado.
- b) - Estudar as condições sociais, econômicas, educacionais, ambientais, sanitárias e assistenciais do Bairro e Circunvizinhanças, cientificando aos Poderes Públicos e Entidades Responsáveis, solicitando-lhes as devidas providências para soluções cabíveis e ajudando no que lhe for possível para a concretização dos fins almejados.
- c) - Idealizar, planejar, realizar ou participar de programação e campanhas de caráter geral que visem a organização e o desenvolvimento da Comunidade local e de outros Municípios e do Estado, objetivando a promoção humana.
- d) - Organizar a sede da "ACJAC" para ser utilizada como centro das atividades Comunitárias do Bairro e adjacências.

segue....

Art. 3º - A "ACJAC" não tem fins político-partidários nem excluirá de seus quadros pessoas, entidades em razão de raça, cor, nacionalidade e religião, desde que se submetam aos postulados desta Associação.

Art. 4º - A "ACJAC" constituída sem prazo determinado, será representada ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente pelo seu presidente.

CAPÍTULO II

DA RENDA E DO PATRIMÔNIO

Art. 5º - A receita da "ACJAC" será constituída pelas contribuições dos Sócios, por donativos, subvenções, auxílios e outras rendas.

Art. 6º - O patrimônio da "ACJAC" será formado pelos oriundos de aquisições e doações.

§ 1º - É vedado a transferência, sob forma de venda, troca ou doação do patrimônio da "ACJAC", salvo consenso dos sócios aprovado por maioria absoluta da Assembléia.

§ 2º - Haverá total desvinculação dos bens patrimoniais da entidade com os dos seus Diretores ou associação, sendo eles responsáveis pela má aplicação dos recursos financeiros ou por desvios dos objetivos da Sociedade.

CAPÍTULO III

DOS SÓCIOS

Art. 7º - O quadro social da "ACJAC" será constituído por pessoas residentes no Bairro de sua sede e adjacências, / bem como entidades promocionais da localidade, classificando-se nas seguintes categorias:

a) - FUNDADORES; Os que subscreverem o ato da constituição da Sociedade.

b) - EFETIVOS ; Os que forem admitidos, depois de aprovado suas propostas pela Diretoria Executiva.

c) - BENEMÉRITOS; Os que venham prestar serviços considerados relevantes à Associação ou a Comunidade, apreciado o mérito pela Diretoria que concederá o título.

§ ÚNICO- Poderá se enquadrar na categoria C pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas dentro ou fora do Jar

segue.....

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
Titular: Melio Valentim Sato
Substituto: Maria Alice Sato Antonio
Forum - Vitória - E. Sato

dim Camburi.

- Art. 8º - Os sócios poderão contribuir para a receita da "ACJAC" com donativos ou trabalhos, mediante aquiescência da Diretoria.
- Art. 9º - As entidades de direito público poderão ser admitidas como membros da "ACJAC", desde que autorizadas por legislação competente, e serão representadas, para todos os fins estatutários, pelo respectivo presidente ou pessoa devidamente credenciada, com direito a voto nas Assembléias Gerais.
- Art. 10º - Os sócios pessoas físicas poderão votar e ser votados para os cargos sociais desde que tenham maioridade civil e idoneidade moral.
- Art. 11º - Os sócios individualmente não respondem, ainda que subsidiariamente pelas obrigações ou encargos da "ACJAC".

CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

- Art. 12º - São direitos dos sócios:
 - a) - Propor aos órgãos competentes da "ACJAC" tudo o que diga respeito as finalidades da mesma;
 - b) - Participar das Assembléias, reuniões de órgãos de que faça parte e de solenidades promovidas pela "ACJAC";
 - c) - Assistir sem intervir, as reuniões da Diretoria ou de qualquer órgão ou comissão da "ACJAC" na forma regulamentar de seus regimentos internos;
 - d) - Assessorar quando convidado a todo e qualquer trabalho realizado pela "ACJAC";
 - e) - Votar e ser votado dentro do que prescreve os art. 10 e 33 destes estatutos;
- Art. 13º - São deveres dos Sócios:
 - a) - Contribuir por todos os meios ao seu alcance para que a "ACJAC" realize suas finalidades;
 - b) - Cumprir os Estatutos, o regimento interno e as deliberações dos órgãos dirigentes da "ACJAC";
 - c) - Efetuar os pagamentos a que esteja sujeito;
 - d) - Proceder de maneira condigna na sede, nas reuniões sociais ou onde a "ACJAC" esteja representada;

segue...

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
Titular: Helder Valentim Sardo
Substituto: Maria Alice Sardo Antunes
Forum - Vitória - E. Santo

e) - Realizar as tarifas para as quais
nha aceito.

Art. 14º - É vedado a "ACJAC" quaisquer atividades política-parti-
dárias e movimentos que conturbem a boa ordem, a moral
e os bons costumes, na sua sede, bem como aos seus Di-
retores e associados quando no desempenho de obriga-
ções ligadas a Associação.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º - A Assembléia Geral é o órgão soberano da "ACJAC", reu-
nir-se-á ordinária ou extraordinariamente para delibe-
rar sobre assuntos que constituem as finalidades pre-
vistas nestes Estatutos, para eleição e posse dos mem-
bros da Diretoria e do Conselho Fiscal e para aprecia-
ção dos atos ligados a Associação e demais assuntos de
interesse social.

§ 1º)- Haverá anualmente no decorrer do primeiro trimestre de
cada ano uma Assembléia Ordinária Geral, para aprecia-
ção e aprovação do relatório e contas do ano anterior.

§ 2º)- Extraordinariamente haverá Assembléia Geral sempre que
for convocada de acordo com as disposições estatutá-
rias e suas deliberações serão tomadas por maioria de
votos, salvo nos casos previstos nestes Estatutos.

Art. 16º - A Assembléia Geral será convocada mediante editais pú-
blicos pela imprensa local, e facultativamente por ou-
tros meios de divulgação com 15 (quinze) dias de ante-
cedência, no mínimo, funcionando com a presença de /
dois terços (2/3) pelo menos dos sócios com direito a
voto, e em segunda convocação meia hora mais tarde com
qualquer número.

Art. 17º - A Convocação da Assembléia Geral Extraordinária será
feita pelo presidente da Diretoria, sempre que solici-
tada por esta, pelo presidente da Diretoria, sempre que
digo, pelo Conselho Fiscal ou pelo menos por um quinto
(1/5) dos sócios com direito a voto, observando sempre
o disposto no artigo 16º.

Art. 18º - A direção dos trabalhos da Assembléia Geral será feita
pelo presidente eleito.

segue.....

§ ÚNICO - O Presidente da Assembléia Geral será auxiliado por dois secretários nomeados "AD HOC" e em caso de eleição, por dois escrutinadores escolhidos pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI
DA DIREÇÃO SOCIAL

Art. 19º - A "ACJAC" será dirigida e administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, um Vice-Presidente um 1º secretário, um 2º secretário, um Tesoureiro e um Delegado, e um 2º Tesoureiro.

§ ÚNICO - Os membros da Diretoria eleitos em Assembléia Geral terão mandatos de dois (2) anos. Mas, serão automaticamente desligados dos cargos de direção os sócios que se elegerem para qualquer cargo político.

Art. 20º - Compete a Diretoria da "ACJAC":

- a) - Elevar o movimento, realizar seus fins, elaborar ou reformar seu regimento interno e os regulamentos / dos diversos serviços.
- b) - Executar as decisões da Assembléia Geral praticando os atos atinentes aos seus fins;
- c) - Reunir-se ordinariamente uma vez por mês em dia a ser designado no Regimento Interno ou por decisão constada em ata e extraordinariamente quando necessária e convocada.
- d) - Criar órgãos ou departamentos necessários ao bom desenvolvimento das tarefas concorrentes aos fins do movimento associativo e nomear seus respectivos diretores ou coordenadores.

§ ÚNICO - Os Diretores e Coordenadores não serão remunerados.

Art. 21º - As reuniões da Diretoria só terão validade se contar com a presença de pelo menos dois terços (2/3), de seus membros devendo suas resoluções serem tomadas por maioria de VOTOS.

§ ÚNICO - Nos assuntos deliberativos o presidente só terá o voto de desempate.

Art. 22º - Compete ao Presidente da Diretoria:

- a) - Representar a "ACJAC" ativa, passiva, judicial e extra-judicial;
- b) - Convocar a Assembléia Geral;
- c) - Convocar e presidir as reuniões nas quais terá direito a voto, conforme o disposto no parágrafo único do artigo anterior.
- d) - Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho Fiscal e da Diretoria reunida;
- e) - Apresentar na primeira Assembléia Geral Ordinária, o relatório circunstanciado das atividades da "ACJAC", inclusive da situação financeira e patrimonial.
- f) - Tomar toda e qualquer iniciativa necessária e útil ao desenvolvimento da "ACJAC", submetendo-se a apreciação da diretoria Executiva;
- g) - Assinar contratos, obrigações, cheques, ordens de pagamentos juntamente com o tesoureiro.

§ ÚNICO - Compete ao Vice-Presidente: substituir o presidente em seus impedimentos, licenças, faltas, bem como auxiliá-lo a desempenhar trabalhos que sejam recomendados por aquele.

Art. 23º - Compete ao primeiro Secretário: -

- a) - Secretariar as reuniões da Diretoria, elaborando as respectivas Atas.
- b) - Assinar com o presidente, os editais de convocação / das reuniões dos órgãos da "ACJAC" e os documentos que importem em obrigações sociais ou de ordem econômico-financeiro.
- c) - Organizar e dirigir a secretaria e o expediente, bem como assinar a correspondência administrativa da Associação C. de Jardim Camburi.

§ ÚNICO - Ao 2º Secretário compete substituir o 1º, em suas licenças, faltas, impedimentos, auxiliá-lo efetivamente quando necessário.

Art. 24º - Compete ao 1º Tesoureiro:-

- a) - Ter sob sua guarda a responsabilidade dos valores da "ACJAC".

- b) - Promover as cobranças das contribuições de qualquer quantidade devida a Associação, assinando os respectivos recibos.
- c) - Recolher dentro de 2 dias úteis precedentes, em estabelecimentos bancários ou instituições idôneas previamente determinados pela diretoria, ou Conselho Fiscal, quaisquer quantias arrecadadas.
- d) - Efetuar pagamentos das despesas autorizadas pelo presidente, previamente aprovadas pela diretoria em reuniões ordinárias.
- e) - Apresentar balancete mensal que uma vez aprovado pela diretoria será tornado público.
- f) - Elaborar o balancete geral anual a ser apresentado na primeira Assembleia Geral Ordinária, pelo presidente.
- g) - Assinar com o presidente, documentos que importem em responsabilidade financeira da "ACJAC" conforme disposto no item "G" do artigo 22º.

§ ÚNICO - Ao 2º Tesoureiro, compete substituir o 1º e auxiliar efetivamente no que for necessário.

Art. 25º - A Diretoria poderá convocar os diretores de Departamentos, seus auxiliares ou simples membros da "ACJAC" para participarem de suas reuniões com direito a voz, porém sem direito a voto.

CAPÍTULO VII

DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 26º - A "ACJAC" poderá ter uma ASSESSORIA TÉCNICA, constituída por elementos preferentemente especializados em desenvolvimento de comunidade dentro das linhas de suas finalidades.

§ 1º) - A Assessoria Técnica poderá ser constituída de técnicos designados pelo BNH, pela SEBS ou outros órgãos especializados.

§ 2º) - Essa Assessoria sem o número limitado de componentes poderá prestar serviços à direção ou outros órgãos de trabalhos da "ACJAC", não ficando subordinados a qualquer um deles.

CAPÍTULO VIII

DOS GRUPOS DE TRABALHOS

Art. 27º - A "ACJAC" procurará alcançar os seus objetivos propostos, através dos Departamentos e Sub-Departamentos /

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
Titular: Helio Valentim Sarlo
Substituto: Maria Alice Sarlo Antonio
Avenida - E. Santa
Vitória - E. Santa

que serão criados e supervisionados pela maior alcance social da comunidade nas seguintes atividades:

- a)- Sócios culturais, Recreativos Esportivos, de Saúde e Assistência e outros.

Parág. 1º) Os Departamentos e Sub-Departamentos, serão permanentes ou transitórios, cuja natureza será de ordem especializada no sentido de promover os serviços de suas competências.

Parág. 2º) Serão constituídos de moradores membros da "ACJAC" / distribuídos em razão de especialização de seus conhecimentos ou de vocação própria.

Parág. 3º) Seus Diretores ou Coordenadores farão a ligação de seus respectivos movimentos com a Diretoria Executiva.

CAPÍTULO IX

DO CONSELHO FISCAL

Art. 28º- A "ACJAC" terá um Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes com mandato de 1 ano, eleitos em Assembléia Geral.

Parág. 1º) Será presidente do Conselho Fiscal, o membro que obtiver maior número de votos; no caso de empate, o mais antigo do quadro social, persistindo o empate, o mais idoso.

Parág. 2º) Os suplentes por ordem de votação serão convocados para substituir os conselheiros efetivos sempre que necessário.

Art. 29º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) - Acompanhar e fiscalizar a Gestão Financeira da "ACJAC"
- b) - Examinar o balanço mensal da tesouraria, emitindo parecer sobre o mesmo, depois de conferir todos os livros, documentos e o que mais se tornar necessário;
- c) - Verificar a boa e má aplicação do dinheiro e recursos da "ACJAC" e se a Diretoria Executiva exorbitou quanto à gestão financeira.

Parág. 1º) A Diretoria fica obrigada a fornecer ao Conselho Fiscal todos os elementos para o desempenho de suas atribuições.

Parág. 2º) Se o Conselho Fiscal observar qualquer ato que lhe

segue

Pessoas Físicas	o	Jurídicas
Titular: Helio Valentim Scarlo		
Substituto: Maria Alice Scarlo Antonio		
Porém a Direção - E. Scarlo		

pareça irregular, solicitará esclarecimento sobre o assunto e não satisfeito, convocará uma Assembleia Geral para apreciação do impasse.

CAPÍTULO X
DAS ELEIÇÕES, VOTAÇÕES E ESCRUTINAÇÕES

Art. 30^o- As eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal serão sempre por escrutínio secreto.

Parag. 1^o- O registro dos candidatos à eleição para a Diretoria, e para o Conselho Fiscal, deverá ser feito no mínimo até 72 horas antes da data da realização da Assembleia Geral.

Parag. 2^o- O registro de candidaturas poderá ser solicitado individualmente ou coletivamente, sendo que neste caso a solicitação deverá ser subscrita por todos os solicitantes.

Parag. 3^o- A inscrição de candidatos à eleição do Conselho Fiscal e da Diretoria se fará com a Diretoria em Exercício.

Parag. 4^o- Terminada as eleições será constituído uma comissão de 5 (cinco) sócios para proceder a apuração dos votos e os eleitos serão proclamados.

Parag. 5^o- A Diretoria e o Conselho Fiscal eleitos tomarão posse na Assembleia Geral que os elegeu.

Parag. 6^o- Só poderão se inscrever às eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal os sócios inscritos na "ACJAC" pelo menos 6 (seis) meses antes do registro da candidatura exceto, naturalmente, o caso da primeira eleição.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31^o- A "ACJAC" somente poderá ser dissolvida nas hipóteses previstas em lei ou verificando-se a impossibilidade/ de atingir seus fins, por decisão, da Assembleia Geral, tomada em 2 (duas) Assembleias consecutivas, convocadas especialmente para esse fim, referendada por 2/3 (dois terços) dos sócios presentes.

§ 1^o) - A segunda Assembleia Geral deverá ser realizada em 30 (trinta) dias após a primeira.

§ 2^o) - No caso de dissolução, o patrimônio da "ACJAC" rever-

Cartório do Registro Civil
 Pessoas Físicas e Jurídicas
 Titular: Elio Valentim Sarlo
 Substituto: Valmir Antônio Sarlo
 Fórum - Vitória - E. Santo

terá em favor de obras beneficentes
 gião, devendo a Diretoria nomear uma
 gada de inventariar seus bens.

Art.32º- Os sócios desempenharão honorificamente os cargos para os quais forem eleitos ou indicados, sem nenhuma remuneração.

§ ÚNICO- Poderão no entanto os sócios, nas condições acima mencionadas vir a ser remunerados pela prestação de serviços profissionais que não abrangem atribuições dos cargos para os quais foram escolhidos.

Art.33º- Estes Estatutos só poderão ser reformados em Assembleia Geral convocada especialmente para tal fim e por 2/3 (dois terços) de votos dos sócios presentes.

Art.34º- Os casos omissos nestes estatutos serão resolvidos pela Diretoria "Ad Referendum" da Assembleia.

§ 1º - Ocorrendo a aprovação da Assembleia Geral, as resoluções de acordo com este artigo constituirão legislação obrigatória.

§ 2º - Até o "referendum" da Assembleia Geral, as resoluções tomadas na forma deste artigo terão plena validade.

Art.35º- Para regulamentar e completar as disposições estatutárias, com as quais manterá perfeita fidelidade e harmonia, será elaborada pela diretoria um regimento interno geral e regimentos para os departamentos.

Art.36º- Em caso de deliberação ou resoluções conflitantes sobre a mesma matéria, prevalecerá a decisão da Assembleia Geral.

Art.37º- A "ACJAC" poderá instituir seu emblema, bandeira, dístico ou outros símbolos.

Art.38º- A equipe constituída para a elaboração destes estatutos que os subscrevem, dirigirá o movimento até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária e se realizará na forma do artigo 15º destes estatutos, escolhendo entre si um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro e mais dois sócios 2º secretário e 2º tesoureiro. Os presentes estatutos após aprovados em Assembleia Geral, serão inscritos no Registro Civil de Pessoa Jurídica e na Secretaria de Es

tado e da Cultura e do Bem Estar Soc
os efeitos de direito.

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
Titular: Isélio Valentim Sardo
Substituto: Manoel A. de S. Antonio
Forum - Vitória - E. Sardo

Vitória, 29 do março de 1980.-

→ F. O. R. S. O. 07
→ Adriano de Oliveira Ribeiro
→ ~~Francisco de Oliveira Ribeiro~~
→ Nelson José de Oliveira

LIVRO 1000 1010

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS.
Comarca da Capital - Vitória-ES.

Protocolo: Livro 1 { FL. 135
N.º 3364

Apresentado no dia 07 / 07 / 1980
Registrado no livro A 2 fl. 147
sob n.º 1675
O oficial

Cartório Nelson Monteiro
- 3.º Ofício -
TABELIAO
Dr. Paulo Pessoa Monteiro
ESCREVENTES
David Lacerda Fafá
Janete G. Monteiro
Oziris de Brito
Odilon A. Santos
Rua Neator Gomes, 285
Fone: 223-0398
Vitória - E. Sardo

Reconheço que me de:
Francisco de Oliveira
Raimundo Adriano de
Oliveira Ribeiro, seus filhos
Francisco e Nelson José de Oliveira

Vitória, 27 do 07 de 1980

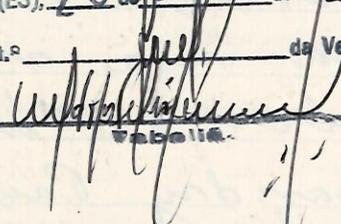
Em Teste Adriano
Juliana

Ata

As quinze horas do dia Trinta de Março de Mil novecentos e Oitenta e Cinco, em uma sala da Escola de primeiro Grau Elzira Vi Viçosa, de Jardim Camburi, Vitória, Espírito Santo, reuniram-se moradores da Comunidade de Jardim Camburi com Objeto de esclarecerem os normar que regerão as Eleições dos futuros dirigentes da Associação de Moradores, bem como fixarem data das mesmas. A sessão foi aberta pelo Sr Francisco da Cunha Ramalho, presidente da Associação. Para secretariar a Sessão foi convidado o Sr. Nelson Gonçalves. Lida a Ata da última sessão, foi da aprovada sem restrição alguma. A seguir, o Sr presidente passou a historiar a vida da "ACTAC". Questionado se a "ACTAC" possuía Bens declarou o presidente que a Associação não tem fins lucrativos, nunca exigiu mensalidades nem recebeu Verba. Lembrou que, até para publicação dos Estatutos e Registros em Cartório, desembolsou ele mesmo. Seguidamente, o Sr. Adwalter Felype apresentou sua chapa completa que recebeu o número Um. O Sr. Lisandry Paixão manifestou

CALHOUN DO I. OFÍCIO DE NOTAS
TAB. L. 1. 1. 0
Divisão de Notariação
TABELÃO DAS NOTAS
ROBERTO DUFRENE CASTELO
ESCRIVÃO DE NOTAS
Rua do Ferreira d. Silva
Waldemar Félix Carneiro
Pça. Getúlio Vargas, 35 - 1/1
Fone: 222 13 2
VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO

CERTIFICO E DOU FÉ, que esta cópia
fotostática é reprodução fiel do documento
apresentado, autenticando-a nos termos do
art. 2.º do Dec. Lei 2.148 de 25 Abril de 1940
Vitória (ES), 25 de JUN de 1985

Em Test.º _____ de Verdade

Tabela

15/28

depo de apresentar uma chapa a ser completada dentro do prazo legal. A assembleia estabeleceu os seguintes Pontos para se chegar com ordem as Eleições: 1) Só votarão moradores de Jardim Camburi e Atlântica Ville - 2) O Eleitor comprovará "Qualidade de Morador", apresentando Conta de Luz ou de Água ou telefônica, acompanhado de Documento de Identificação Pessoal, aceitarão-se também "Contrato de Locação" em Camburi - 3) As Eleições ocorrerão no dia Vinte de Abril próximo e se dilatarão desde 8 (oito) horas até as 16 (dezesseis) horas, sendo colocada uma Urna em sala cedida pela Escola Elzira Viveiros. 4) Votarão moradores maiores de dezoito Anos - 5) Só se aceitarão chapas Completas com Nomes e Endereços dos participantes - 6) As domésticas, uma "Declaração" do Patrão poderá indicar residência. 7) Será considerado válido o "Voto" em cuja Cédula conste o Número e o Nome ou somente um deles como identificação da Cédula. O Edital de Convocação da Assembleia será publicado em boletins que serão afixados e distribuídos com o prazo de, no mínimo quinze dias. Nada havendo para tratar, O Sr.

presidente agradecer a presença de todos e encerrou a Reunião, e para constar, eu, Nelson Gonçalves secretário "Ad Hoc" lavrei a presente Ata que assino conjuntamente com o Sr. Presidente

Nelson Gonçalves
D. S. Ramalho

Registro dos Termos do Edital e das Chapas apresentadas para a Eleição de Vereadores de Abril de Mil novecentos e Trinta e Cinco: Associação Comunitária de Jardim Camburi

2ª A CJAC - Edital de Convocação Ficam convocados os senhores moradores de Jardim Camburi e Atlântica Ville para uma Assembleia Extraordinária Eleitoral a realizar-se nas dependências do Colégio Elzira Viraqua, no dia vinte do corrente mês, das 8 (oito) as dezessis horas, conforme abaixo:

a) - Para a abertura dos trabalhos, apresentação dos chapas - Diretoria e Conselho Fiscal e encaminhamento pelos interessados para a votação, início da votação, d) das 10 horas, Encerramento da votação

e) das 10 e vinte horas, apuração, posse dos eleitos: Jardim Camburi, quatro de Abril de Mil novecentos e Trinta e Cinco Francisco da Cunha presidente em exercício. Observe-se a apresentação das chapas conjuntamente

CANTORIO DO 1.º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO
Helvécio de Castro
TABELIÃO SUBSTITUTO
Roberto D. da Costa
ESCRIVENTE
Heraldo Pereira
Waldemar
Pça. Getúlio Vargas, 132
Fono: 222 13 22
VITÓRIA - ESPIRITO SANTO

Em Teste
[Handwritten signature]
da Verdade

CERTIFICADO - FE. que esta cópia é verdadeira e reprodução fiel do documento apresentado, cujos dados são termos de registro nº 22.º de 5 de Junho de 1935, Abril de 1940.
de 19

para registro, até Vinte e duas horas do dia dezesseis, acompanhadas de Rendas em duas vias, à Rua Júlia Lacourt Pinna, Seiscentos e quatro - 2) O Votante deverá se apresentar com um documento de Identidade pessoal e um se identificado de residência (Conta de água, luz, ou telefone) do mês em curso >>

No dia quinze próximo passado foi nos entregue pelos Senhores Adwalter Felyse o Termo de Assentimento dos componentes da Chapa por ele encabeçada, denominada "FCAO e REAÇÃO" e que recebe o número Um, com sendo os seguintes nomes: DIRETORIA: Presidente: Adwalter Felyse, contador aposentado - Vice Presidente Fabiano Rocha, engenheiro Civil, Rua Carlos Delgado Guerra Ponto 421/304 - telefone 234-1267 - 1.º Tesoureiro - Damasco de Almeida Rangel 2.º Tesoureiro - Vicente de Oliveira Filho 1.º Secretário - Cláudia Miranda Bernardino 2.º Secretário - Eny Lopes de Souza Filho Delegado - José Soares do Santos "Conselho Fiscal" - titulares: Lea Barseti Ribairo - Lélia Maciel da Costa - Antonio Dias da Costa Filho. "Suplentes" José de Oliveira, Icaro Hackbart Areas - Milton Hackbart. "Acessoria Especial" - Madja Alves Hazim - Paulo Vicente Stefano - Joel Machado da Silva - Valci da Silva - Pedro José Gomes da Silva - Luiz Carlos de Póz Calheiros,

178
cimentos - Itamar Vago; Oti Pereira do Nas
cimentos, em tempo: Clival Matos Picante
Jane Costari; Paulo Roberto Gomes de
Lima - Celio Augusto Campagnaro,
Eduardo Martins Lana - Geraldo Turman
do Aiburo da Silva; Geraldo Lucareli;
Mauro de Jesus Böger - Evaldo Luiz R.
de Araujo; Carmo Isaac Petrosneri
Elma do Carmo Oliveira; Saul
José Duriz. Sendo unicamente
apresentadas as chapas acima,
subscrevemos o presente Termo
de Registro

Nilton Loucabe
F. R. de S.

Ata

Ata da Assembleia Eleitoral, convo
cada para o dia 20 - Vinte de Abril de
Mil Novecentos e Oitenta e Cinco.
As oito horas e quarenta minutos do dia
Vinte de Abril de Mil Novecentos e Oiten
ta e Cinco, em uma das salas da Es
cola de primeiro grau Elzira Viri
quã de Jardim Camburi, Vitória, Espí
rito Santo, teve início a Assembleia Elei
toral para escolha dos futuros dirigin
tes da "ACJAC" Associação Comunitária de
Jardim Camburi. Tomando a palavra, o Sr.
Presidente da ACJAC, Francisco da Cunha
Arnoldes esclareceu e relembrou normas
condizentes com uma Notação Ordenada.
A seguir, o Secretário "ad Hoc" convocou

concluído pelo Sr. presidente procedeu
 a leitura da Ata, tendo anteriormente
 se feito a Verificação de "Quorum",
 constatando a assinatura de Vinte e
 Cinco presenças de eleitores. Após a
 leitura da Ata, procedeu-se a leitura
 dos Editais e Registro de Chapas.
 Colocada em votação a Ata, o Sr. Usar
 don Saitão, objectou que a identificação
 de Morador era insuficiente, visto que
 muitos moradores, por gesto mutuo, não
 têm os Cartões de Agua, luz, e outras
 contas. Decidiu-se na Assembleia,
 que a solução se procurasse entre
 os Fiscais das chapas ou entre os
 Fiscais e a massa. Os Termos de
 Registro, após lidos, foram pacifica-
 mente aprovados. As nove horas
 ocorreu o inicio da votação, dado
 que ninguém fez uso da palavra
 que ficou franquada. Durante a
 votação, sempre permanecerão no recinto
 Fiscais de cada Chapa, estando
 suas identidades sobre a Mesa Recp
 e a As eleições transcorreram normal-
 mente. As 16 (dezesseis) horas, parando
 o numero de eleitores a votar
 o tempo de votação, ha
 os portões do Educandário
 os quatro horas, dige,
 precisamente as dezesseis ho-
 ras encerrou-se a Terça
 de Vinte e Vinte e

AMUNICION DO 1º DISTRITO
 Melvicio D. Costa
 TASSILO SUSTITUTO
 Roberto D. Costa
 MORENO ALONSO
 WELTON ALONSO
 P. 222
 F. 222
 15-2-71

CERTIFICADO E DOU FE.
 apresentado e reproduzido nos termos de
 art. 2º do Dec. 12.448 de 24/III de 1940

de 19

da Vinte e

sus votantes a seguir, foi designada
 Comissão para apuração, constante
 de Vicente Fumare - Sebastião José
 Bolavim, Mara, digo, Elisabet Maria Pest
 Canicali e mais os seguintes Fuscais,
 um de cada chapa: Reginaldo Carvalho
 de Almeida e Valdir da Silva. O Sr.
 presidente convidou para tomar par-
 te na mesa os Vereadores Paulo
 Ludoro e Gibson Muniz. Proceida a
 conferência das Cédulas retiradas das
 urnas, foram encontrados 534
 (quinhentas e trinta e quatro) Cédulas.
 A seguir a Junta Apuradora começou
 a apuração encontrando e nomeando
 os seguintes votos: Para a Chapa Um,
 esta obteve 332 (trezentos e trinta e
 dois) votos; a Chapa Dois obteve Cento
 e Cinquenta e Cito votos. Apareceram
 quarenta e três votos. Os votos em branco
 os apuros surgiu em número de 01
 (um). A seguir o Sr. Presidente pro-
 clamou eleita a Chapa Um. Para
 tanto, em Nelson Juncalves, secretá-
 rio "Ad Hoc" lavrei a presente Ata
 que vai assinada por mim,
 pelo Sr. Presidente, demais compo-
 nentes da mesa e Comissão
 apuradora.

Nelson Juncalves

Com tempo votaram quinhentos e trinta
 e quatro e quatro eleitores conforme assi-
 naturezas constantes das folhas de voto.



1938

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

32-M
20
Anexo do Proc nº 1379/85

À Comissão de Justiça.

Em, 06/08/85

~~Presidente da Câmara~~

Ao Sr. Vereador

Paulo Lindoso

para Relatar

Em 07/08/85

Presidente da Comissão

Sr. Presidente

É de alto interesse coletivo a atual proposição, porquanto os objetivos da Associação Comunitária de Jardim Camburi, definidos estatutariamente, são os mais nobres e se alinham com o espírito democrático do nosso povo capixaba. O Art. 169, no seu parágrafo 1º na letra g, proporciona o amparo legal para aprovações desta matéria.

Assim sendo, somos pela aprovação, porquanto não encontramos dispositivo algum, que obste esta intenção.

S.M.J., e o que pensamos.

~~Paulo Lindoso~~
PAULO LINDOSO - PMDB
Presidente da Comissão

Aprovado o parecer.

Encaminhe-se à Secretaria da Câmara

S.S.A.V. 27/08/85.

Presidente da Comissão



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

EXTRAIAM-SE
OS AVULSOS

EM 27/08/85

[Signature]
Presidente da Câmara

A Associação Técnica Legislativa,
para providenciar a
retirada dos avulsos, incluindo, a seguir,
no expediente.

em 27-8-85
[Signature]

SUPERINTENDENTE
ADMINISTRATIVO

Re. Sr.
Regina Guimarães para providenciar
a retirada dos avulsos.

Em 27-8-1985
[Signature]

Sr. chefe de
Devidamente providenciado
Em 28-08-85
Regina Guimarães Ribeiro

[Large handwritten signature]

Camara Municipal de Vitória

AVULSO Nº 22/85

Nº PROCESSO

- 1.379/85

EMENTA

- Projeto de Decreto Legislativo nº 04/85, considerando de utilidade Pública a Associação Comunitária de Jardim Camburi, nesta / Capital.

INICIATIVA

- ETTA FERN GONÇALVES DE ASSIS.

PARECER

- Comissão de Justiça pela aprovação.

.....



Câmara Municipal de Vitória

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Protocolo Geral :

N.º 1379/85

Em 02 de 08 de 19 85

L.R. Rodho

Protocolista

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/85

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JARDIM CAMBURÍ, com sede no Bairro Jardim Camburí, nesta Cápital.

- Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salão Maria Ortiz, 01 de agosto de 1985.

Etta Fern
ETTA FERN GONÇALVES DE ASSIS
VEREADORA - PMDB



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

N. _____

J U S T I F I C A T I V A

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JARDIM CAMBURÍ, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundado na cidade de Vitória, em 29 de março de 1980.

A finalidade precípua da Associação é promover e contribuir para o surgimento, formação, desenvolvimento do espírito e da vida social comunitária local e contribuir indiretamente nas promoções das comunidades do Município e do Estado; Estudar as condições sociais, econômicas, educacionais, ambientais, sanitárias e assistenciais do Bairro e Circunvizinhas, cientificando aos Poderes Públicos e Entidades Responsáveis, solicitando-lhes as devidas providências para soluções cabíveis e ajudando no que lhe for possível para a concretização dos fins almeçados; Idealizar, planejar, realizar ou participar de programação e campanhas de caráter geral que visem a organização e o desenvolvimento da Comunidade local e de outros Municípios e do Estado, objetivando a promoção humana; Organizar a sede da " ACJAC " para ser utilizada como centro das atividades Comunitárias do Bairro e adjacências.

A " ACJAC " não tem fins político-partidários ou sectários nem excluirá de seus quadros pessoais, grupos ou entidades em razão de raça, cor, nacionalidade e religião, desde que se submete aos postulados desta Associação.

Assim, conclamo aos nobres edis, votarem favoráveis ao presente projeto.

Estevão

ESTATUTOS
DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JARDIM CAMBURI
CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º - Sob a denominação de "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JARDIM CAMBURI, com a sigla "ACJAC" fica constituída uma sociedade civil, de natureza privada, sem fins lucrativos, cuja instituição, organização e atividade são regidas pelos presentes Estatutos, aprovados em Assembleia Geral.

§ ÚNICO - A Associação Comunitária de Jardim Camburi "ACJAC" terá sua sede no Bairro Jardim Camburi, com foro jurídico em Vitória, Sede Municipal e Capital do Estado do Espírito Santo.

Art. 2º - A "ACJAC" tem por finalidade:

- a) - Promover e contribuir para o surgimento, formação, desenvolvimento do espírito e da vida social comunitária local e contribuir indiretamente nas promoções das comunidades do Município e do Estado.
- b) - Estudar as condições sociais, econômicas, educacionais, ambientais, sanitárias e assistenciais do Bairro e Circunvizinhanças, cientificando aos Poderes Públicos e Entidades Responsáveis, solicitando-lhes as devidas providências para soluções cabíveis e ajudando no que lhe for possível para a concretização dos fins almejados.
- c) - Idealizar, planejar, realizar ou participar de programação e campanhas do caráter geral que visem a organização e o desenvolvimento da Comunidade local e de outros Municípios e do Estado, objetivando a promoção humana.
- d) - Organizar a sede da "ACJAC" para ser utilizada como centro das atividades Comunitárias do Bairro e adjacências.

Art. 3º - A "ACJAC" não tem fins político-partidários e não excluirá de seus quadros pessoas, entidades em razão de raça, cor, nacionalidade e religião, desde que se submetam aos postulados desta Associação.

Art. 4º - A "ACJAC" constituída sem prazo determinado, será representada ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente pelo seu presidente.

CAPÍTULO II

DA RENDA E DO PATRIMÔNIO

Art. 5º - A receita da "ACJAC" será constituída pelas contribuições dos Sócios, por donativos, subvenções, auxílios e outras rendas.

Art. 6º - O patrimônio da "ACJAC" será formado pelos oriundos de aquisições e doações.

§ 1º - É vedado a transferência, sob forma de venda, troca ou doação do patrimônio da "ACJAC", salvo consenso dos sócios aprovado por maioria absoluta da Assembléia.

§ 2º - Haverá total desvinculação dos bens patrimoniais da entidade com os dos seus Diretores ou associação, sendo eles responsáveis pela má aplicação dos recursos financeiros ou por desvios dos objetivos da Sociedade.

CAPÍTULO III

DOS SÓCIOS

Art. 7º - O quadro social da "ACJAC" será constituído por pessoas residentes no Bairro de sua sede e adjacências, / bem como entidades promocionais da localidade, classificando-se nas seguintes categorias:

a) - FUNDADORES; Os que subscreverem o ato da constituição da Sociedade.

b) - EFETIVOS ; Os que forem admitidos, depois de aprovada suas propostas pela Diretoria Executiva.

c) - BENEMÉRITOS; Os que venham prestar serviços considerados relevantes à Associação ou a Comunidade, apreciado o mérito pela Diretoria que concederá o título.

§ ÚNICO- Poderá se enquadrar na categoria C pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas dentro ou fora de Jac

segue.....

Cartório do Registro
Pessoas Físicas e Jurídicas
Titular: Manoel Valente Filho
Substituto: Manoel Valente Filho
Rua: São João - E. Santo
Vitória - E. Santo

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
fol. 114
Substituto: Maria Alice Santa Antônia
Forum - Vitória - E. Santo

e) - Realizar as tarefas para as quais
nha aceito.

Art. 14º - É vedado a "ACJAC" quaisquer atividades política-parti-
dárias e movimentos que conturbem a boa ordem, a moral
e os bons costumes, na sua sede, bem como aos seus Di-
retores e associados quando no desempenho das obriga-
ções ligadas a Associação.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º - A Assembléia Geral é o órgão soberano da "ACJAC", reu-
nir-se-á ordinária ou extraordinariamente para delibe-
rar sobre assuntos que constituem as finalidades pre-
vistas nestes Estatutos, para eleição e posse dos mem-
bros da Diretoria e do Conselho Fiscal e para aprecia-
ção dos atos ligados a Associação e demais assuntos de
interesse social.

§ 1º) - Haverá anualmente no decorrer do primeiro trimestre de
cada ano uma Assembléia Ordinária Geral, para aprecia-
ção e aprovação do relatório e contas do ano anterior.

§ 2º) - Extraordinariamente haverá Assembléia Geral sempre que
for convocada de acordo com as disposições estatutá-
rias e suas deliberações serão tomadas por maioria de
votos, salvo nos casos previstos nestes Estatutos.

Art. 16º - A Assembléia Geral será convocada mediante editais pú-
blicos pela imprensa local, e facultativamente por ou-
tros meios de divulgação com 15 (quinze) dias de ante-
cedência, no mínimo, funcionando com a presença de /
dois terços (2/3) pelo menos dos sócios com direito a
voto, e em segunda convocação meia hora mais tarde com
qualquer número.

Art. 17º - A Convocação da Assembléia Geral Extraordinária será
feita pelo presidente da Diretoria, sempre que solici-
tada por esta, pelo presidente da Diretoria, sempre que
digo, pelo Conselho Fiscal ou pelo menos por um quinto
(1/5) dos sócios com direito a voto, observando sempre
o disposto no artigo 16º.

Art. 18º - A direção dos trabalhos da Assembléia Geral será feita
pelo presidente eleito.

- § ÚNICO - O Presidente da Assembléia Geral será auxiliado por dois secretários nomeados "AD HOC" e em caso de eleição, por dois escrutinadores escolhidos pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

DA DIREÇÃO SOCIAL

- Art. 19º - A "ACJAC" será dirigida e administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, um Vice-Presidente um 1º secretário, um 2º secretário, um Tesoureiro e um Delegado, e um 2º Tesoureiro.
- § ÚNICO - Os membros da Diretoria eleitos em Assembléia Geral terão mandatos de dois (2) anos. Mas, serão automaticamente desligados dos cargos de direção os sócios que se oclerem para qualquer cargo político.
- Art. 20º - Compete a Diretoria da "ACJAC":
- a) - Elevar o movimento, realizar seus fins, elaborar ou reformar seu regimento interno e os regulamentos / dos diversos serviços.
 - b) - Executar as decisões da Assembléia Geral praticando os atos atinentes aos seus fins;
 - c) - Reunir-se ordinariamente uma vez por mês em dia a ser designado no Regimento Interno ou por decisão constada em ata e extraordinariamente quando necessária e convocada.
 - d) - Criar órgãos ou departamentos necessários ao bom desenvolvimento das tarefas concernentes aos fins do movimento associativo e nomear seus respectivos diretores ou coordenadores.
- § ÚNICO - Os Diretores e Coordenadores não serão remunerados.
- Art. 21º - As reuniões da Diretoria só terão validade se contar com a presença de pelo menos dois terços (2/3), de seus membros devendo suas resoluções serem tomadas por maioria de VOTOS.
- § ÚNICO - Nos assuntos deliberativos o presidente só terá o voto de desempate.

Art. 22º - Compete ao Presidente da Diretoria:

- a) - Representar a "ACJAC" ativa, passiva, judicial e extra-judicial;
- b) - Convocar a Assembleia Geral;
- c) - Convocar e presidir as reuniões nas quais terá direito a voto, conforme o disposto no parágrafo único do artigo anterior.
- d) - Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e da Diretoria reunida;
- e) - Apresentar na primeira Assembleia Geral Ordinária, o relatório circunstanciado das atividades da "ACJAC", inclusive da situação financeira e patrimonial.
- f) - Tomar toda e qualquer iniciativa necessária e útil ao desenvolvimento da "ACJAC", submetendo-se a apreciação da diretoria Executiva;
- g) - Assinar contratos, obrigações, cheques, ordens de pagamentos juntamente com o tesoureiro.

§ ÚNICO - Compete ao Vice-Presidente: substituir o presidente em seus impedimentos, licenças, faltas, bem como auxiliá-lo a desempenhar trabalhos que sejam recomendados por aquele.

Art. 23º - Compete ao primeiro Secretário: -

- a) - Secretariar as reuniões da Diretoria, elaborando as respectivas Atas.
- b) - Assinar com o presidente, os editais de convocação / das reuniões dos órgãos da "ACJAC" e os documentos que importem em obrigações sociais ou de ordem econômico-financeiro.
- c) - Organizar e dirigir a secretaria e o expediente, bem como assinar a correspondência administrativa da Associação C. de Jardim Camburi.

§ ÚNICO - Ao 2º Secretário compete substituir o 1º, em suas licenças, faltas, impedimentos, auxiliá-lo efetivamente quando necessário.

Art. 24º - Compete ao 1º Tesoureiro:-

- a) - Ter sob sua guarda a responsabilidade dos valores da "ACJAC".

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
Titular: Mello, Valentin Sardo
Assessor: Mello, Valentin Sardo
Forum - Vitória - E. Santo

- b) - Promover as cobranças das contribuições de qualquer quantidade devida a Associação, assinando os respectivos recibos.
- c) - Recolher dentro de 2 dias úteis precedentes, em estabelecimentos bancários ou instituições idôneas previamente determinados pela diretoria, ou Conselho Fiscal, quaisquer quantias arrecadadas.
- d) - Efetuar pagamentos das despesas autorizadas pelo presidente, previamente aprovadas pela diretoria em reuniões ordinárias.
- e) - Apresentar balancete mensal que uma vez aprovado pela diretoria será tornado público.
- f) - Elaborar o balancete geral anual a ser apresentado na primeira Assembléia Geral Ordinária, pelo presidente.
- g) - Assinar com o presidente, documentos que importem em responsabilidade financeira da "ACJAC" conforme disposto no item "G" do artigo 22º.

§ ÚNICO - Ao 2º Tesoureiro, compete substituir o 1º e auxiliar efetivamente no que for necessário.

Art. 25º - A Diretoria poderá convocar os diretores de Departamentos, seus auxiliares ou simples membros da "ACJAC" para participarem de suas reuniões com direito a voz, porém sem direito a voto.

CAPÍTULO VII

DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 26º - A "ACJAC" poderá ter uma ASSESSORIA TÉCNICA, constituída por elementos preferentemente especializados em desenvolvimento de comunidade dentro das linhas de suas finalidades.

§ 1º) - A Assessoria Técnica poderá ser constituída de técnicos designados pelo BNH, pela SEBS ou outros órgãos especializados.

§ 2º) - Essa Assessoria sem o número limitado de componentes poderá prestar serviços à direção ou outros órgãos de trabalhos da "ACJAC", não ficando subordinados a qualquer um deles.

CAPÍTULO VIII

DOS GRUPOS DE TRABALHOS

Art. 27º - A "ACJAC" procurará alcançar os seus objetivos propostos, através dos Departamentos e Sub-Departamentos /

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
Titular: Helle Valentin Zulo
Substituto: Maria Alice Sarlo Antasto
Forum Vitória - E. Santa

que serão criados e supervisionados pela ra maior alcance social da comunidade nas seguintes atividades:

- a)- Sócios culturais, Recreativos Esportivos, de Saúde e Assistência e outros.

Parág. 1º) Os Departamentos e Sub-Departamentos, serão permanentes ou transitórios, cuja natureza será de ordem especializada no sentido de promover os serviços de suas competências.

Parág. 2º) Serão constituídos de moradores membros da "ACJAC" / distribuídos em razão de especialização de seus conhecimentos ou de vocação própria.

Parág. 3º) Seus Diretores ou Coordenadores farão a ligação de seus respectivos movimentos com a Diretoria Executiva.

CAPÍTULO IX

DO CONSELHO FISCAL

Art. 28º- A "ACJAC" terá um Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes com mandato de 1 ano, eleitos em Assembleia Geral.

Parág. 1º) Será presidente do Conselho Fiscal, o membro que obtiver maior número de votos; no caso de empate, o mais antigo do quadro social, persistindo o empate, o mais idoso.

Parág. 2º) Os suplentes por ordem de votação serão convocados para substituir os conselheiros efetivos sempre que necessário.

Art. 29º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) - Acompanhar e fiscalizar a Gestão Financeira da "ACJAC"
- b) - Examinar o balanço mensal da tesouraria, emitindo parecer sobre o mesmo, depois de conferir todos os livros, documentos e o que mais se tornar necessário;
- c) - Verificar a boa e má aplicação do dinheiro e recursos da "ACJAC" e se a Diretoria Executiva exorbitou quanto à gestão financeira.

Parág. 1º) A Diretoria fica obrigada a fornecer ao Conselho Fiscal todos os elementos para o desempenho de suas atribuições.

Parág. 2º) Se o Conselho Fiscal observar qualquer ato que lhe

segue

Pessoas Físicas Titular: Helio Valentim Sarlo Substituto: Maria Alice Sarlo Antonio Fórum: Di. Vitória - E. Santo	Jurídicas
--	-----------

pareça irregular, solicitará esclarecimento sobre o assunto e se não satisfeito, convocará uma Assembleia Geral para apreciação do impasse.

CAPÍTULO X
DAS ELEIÇÕES, VOTAÇÕES E ESCRUTINAÇÕES

Art. 30ª - As eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal serão sempre por escrutínio secreto.

Parag. 1ª - O registro dos candidatos à eleição para a Diretoria, e para o Conselho Fiscal, deverá ser feito no mínimo até 72 horas antes da data da realização da Assembleia Geral.

Parag. 2ª - O registro de candidaturas poderá ser solicitado individualmente ou coletivamente, sendo que neste caso a solicitação deverá ser subscrita por todos os solicitantes.

Parag. 3ª - A inscrição de candidatos à eleição do Conselho Fiscal e da Diretoria se fará com a Diretoria em Exercício.

Parag. 4ª - Terminada as eleições será constituída uma comissão de 5 (cinco) sócios para proceder a apuração dos votos e os eleitos serão proclamados.

Parag. 5ª - A Diretoria e o Conselho Fiscal eleitos tomarão posse na Assembleia Geral que os elegeu.

Parag. 6ª - Só poderão se inscrever às eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal os sócios inscritos na "ACJAC" pelo menos 6 (seis) meses antes do registro da candidatura exceto, naturalmente, o caso da primeira eleição.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31ª - A "ACJAC" somente poderá ser dissolvida nas hipóteses previstas em lei ou verificando-se a impossibilidade/ de atingir seus fins, por decisão, da Assembleia Geral, tomada em 2 (duas) Assembleias consecutivas, convocadas especialmente para esse fim, referendada por 2/3 (dois terços) dos sócios presentes.

§ 1ª) - A segunda Assembleia Geral deverá ser realizada em 30 (trinta) dias após a primeira.

§ 2ª) - No caso de dissolução, o patrimônio da "ACJAC" rever-

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
Titular: Elio Valentim Sarlo
Substituto: Maurício Sarlo Antonio
Forum - Vitória - E. Santo

terá em favor de obras beneficentes
gião, devendo a Diretoria nomear uma
gada de inventariar seus bens.

Art. 32º- Os sócios desempenharão honorificamente os cargos pa-
ra os quais forem eleitos ou indicados, sem nenhuma
remuneração.

§ ÚNICO- Poderão no entanto os sócios, nas condições acima men-
cionadas vir a ser remunerados pela prestação de ser-
viços profissionais que não abrangem atribuições dos
cargos para os quais foram escolhidos.

Art. 33º- Estes Estatutos só poderão ser reformados em Assem-
bléia Geral convocada especialmente para tal fim e
por 2/3 (dois terços) de votos dos sócios presentes.

Art. 34º- Os casos omissos nestes estatutos serão resolvidos pe-
la Diretoria "Ad Referendum" da Assembléia.

§ 1º - Ocorrendo a aprovação da Assembléia Geral, as resolu-
ções de acordo com este artigo constituirão legisla-
ção obrigatória.

§ 2º - Até o "referendum" da Assembléia Geral, as resoluções
tomadas na forma deste artigo terão plena validade.

Art. 35º- Para regulamentar e completar as disposições estatutá-
rias, com as quais manterá perfeita fidelidade e har-
monia, será elaborada pela diretoria um regimento in-
terno geral e regimentos para os departamentos.

Art. 36º- Em caso de deliberação ou resoluções conflitantes so-
bre a mesma matéria, prevalecerá a decisão da Assem-
bléia Geral.

Art. 37º- A "ACJAC" poderá instituir seu emblema, bandeira, dís-
tico ou outros símbolos.

Art. 38º- A equipe constituída para a elaboração destes estatutos
que os subscrevem, dirigirá o movimento até a realiza-
ção da primeira Assembléia Geral Ordinária e ao reali-
zar na forma do artigo 15º destes estatutos, escolhon-
do entre si um presidente, um vice-presidente, um se-
cretário e um tesoureiro e mais dois sócios 2º secre-
tário e 2º tesoureiro. Os presentes estatutos após
aprovados em Assembléia Geral, serão inscritos no Re-
gistro Civil de Pessoas Jurídicas e na Secretaria de En-

tado e da Cultura e do Bem Estar Soc
os efeitos de direito.

Cartório do Registro Civil
Pessoas Físicas e Jurídicas
Substituto: Manoel Valentin Sato
Forum - Vitória - E. Santo

Vitória, 29 do março de 1980.-

→ A. O. Romalho
→ Adriano de Oliveira Ribeiro
→ José Furtado
→ Nelson José de Sá

FURTO 7... 10/10

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS,
Comarca da Capital - Vitória-ES.

Protocolo: Livro 1 { FL. 135
N. 3364

Apresentado no dia 07 de 07 de 1980

Registrado no livro A 2 de 147

folha nº 1675

O oficial

Cartório Nelson Monteiro
- 3.º Ofício -
TABELIAO
Dr. Paulo Pessoa Monteiro
ESCREVENTES
David Lacerda Fafá
Janete G. Monteiro
Oziris de Brito
Odilon A. Santos
Rua Nivaldo Gomes, 205
Fone: 223-0393
Vitória - E. Santo

Reconheço de: Flaviano de Almeida
Adriano de Oliveira Ribeiro, seus filhos
Furtado e Nelson José de Sá

Vitória, 07 de 07 de 1980

Em Teste Adriano de 1980

Adriano

Ata

As quinze horas do dia Trinta de Março de Mil novecentos e Oitenta e Cinco, em uma sala da Escola de primeiro Grau Elzira Vi Vaquero, de Jardim Camburi, Vitória, Espírito Santo, reuniram-se moradores da Comunidade de Jardim Camburi com Objetivo de esclarecerem as normas que regem as eleições dos futuros dirigentes da Associação de Moradores, bem como fixarem data das mesmas. A sessão foi aberta pelo Sr Francisco da Cunha Ramalho, presidente da Associação. Para secretariar a Sessão foi convidado o Sr. Nelson Gonçalves. Lida a Ata da última sessão, foi ela aprovada sem restrição alguma. A seguir, o Sr presidente passou a historiar a vida da "ACTAC". Foi mencionado se a "ACTAC" possuía bens declarou o presidente que a Associação não tem fins lucrativos, nunca exige mensalidades nem recebe verba. Lembrou que, até para publicação dos Estatutos e Registros em Cartório, desembolsou de mesmo. Seguidamente, o Sr. Adwalter Telyse apresentou sua chapa completa que recebeu o número Um. O Sr. Leandry Paixão manifestou

SALVADOR DO I. DE JUIZ DE JUSTIÇA
 Nº _____
 Livro _____
 Folha _____
 Pça. São _____
 VITÓRIA - ES

CERTIFICO E DOU FE, que esta
 fotocópia é reprodução fiel do documento
 apresentado, autenticado nos termos do
 art. 2.º do Dec. Lei 2.113 de 23 Abril de 1970
 Vitória (ES), **25 JUN 1985** de 19____
 Em Test.º _____ de Verdade

dezo de apresentar uma chapa a ser
completada dentro do prazo legal.
A assembleia estabeleceu os seguintes
Pontos para se chegar com ordem
as Eleições: 1) Só votarão morado-
res de Jardim Camburi e Atlân-
tica Ville - 2) O Eleitor comprovará
"Qualidade de Morador", apresentando
Conta de Luz ou de Água ou Telefô-
nica, acompanhado de Documento
de Identificação Pessoal, aceitar
ou-se também "Contrato de Locação"
em Camburi - 3) As Eleições ocorrerão
no dia Vinte de Abril próximo
e se dilatarão desde 8 (oito) horas
até as 16 (dezesseis) horas, sendo
colocada uma Urna em sala ce-
cida pela Escola Elyza Viraque.
4) Votarão moradores maiores de
dezoito Anos - 5) Só se aceitarão
chapas Completas com Nomes
e Endereços dos participantes - 6) As
domésticas, uma "Declaração" do
Patrão poderá indicar residência
7) Será considerado válido o "Voto"
em cuja Cédula conste o Número
e o Nome ou somente um dos,
como identificação da Cédula.
O Edital de Convocação da Assemble-
ia será publicado em boletim, que
será afixado e distribuído com
o prazo de, no mínimo quarenta dias.
Não havendo para tratar, etc.

presidente agradecer a presença de todos e encerrar a Reunião, e para constar, eu, Nelson Gonçalves, secretário "Ad Hoc" lavrei a presente Ata que assina conjuntamente com o Sr. Presidente.

Nelson Gonçalves
Sr. Presidente

Registro dos Termos do Edital e das Chapas apresentadas para a Eleição de Vinte e Abriu de 1940 e Cinco - Associação Comunitária de Jardim Cambuá - A CIAC - Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores moradores de Jardim Cambuá e Antônia Vilela para uma Assembleia Extraordinária Eleitoral a realizar-se nas dependências do Colégio Elzeia Vinagre, no dia vinte de corrente mês, das 8 horas da manhã às 12 horas, conforme abaixo: a) Esta hora para a abertura dos trabalhos, apresentação das chapas - Duas e Conselho Fiscal - e encaminhamento para o local de votação, início da votação. b) das 12 horas, 9 encaminhamento da votação e vinte horas, apuração, publicação e posse dos eleitos. Jardim Cambuá, quatro de abril de 1940. Presidente em exercício. Observação: apresentação das chapas completas.

SECRETARIA DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
TAS: 2º AN
Nelson Gonçalves
TABELÃO: 1º AN
Roberto D. Castello
SECRETARIA DOS
Nora de M.
Waldemar
Pós: 1940
Fotos: 1940
VITÓRIA

Em Teste
Vitoria
1940
19 JUN 1940
19 de 19

[Handwritten signature]

CERTIFICADO
FEITO que esta
10x15cm e reprodução
de documento
arquivado, conforme
art. 1º dos termos de
1940.

para registro, até Vinte e duas horas do dia de expirar, acompanhada, se Roubos em duas vias, à Rua Júlia Lacout Perina Seiscentos e quatro - 2) O Visitante deverá se apresentar com um documento de Identidade pessoal e um de identificação de residência (Conta de água, luz, ou telefone) do mês em curso >>

No dia quinze próximo passado foi no entregue pelo Sr. Adalberto Felype o Termo de Assentimento dos componentes da Chapa por ele encabeçada, denominada "Acção e Reacção" e que recebe o número Um, sendo tendo os seguintes nomes: Presidente: Adalberto Felype, contador apontado - Vice Presidente Fabiano Rocha, engenheiro Civil, Rua Carlos Delyse Guerra Pinto 421/204 - telefone 234.1262 - 1.º Tesoureiro - Darnaso de Almeida Rangel 2.º Tesoureiro - Vicente de Oliveira Filho 1.º Secretário - Cláudia Miranda Bernardini 2.º Secretário - Eny Lopes de Souza Filho Delegado - José Soares dos Santos "Conselho Fiscal" - titulares - Lea Bassetti Ribeiro - Lélia Maciel da Costa - Antonio Dias da Costa Filho. "Suplentes" José de Oliveira, Icaro Hackbart Areas - Milton Hackbart. "Assessoria Especial" - Madja Alves HaZum - Paulo Vicente Stefano - Joel Machado da Silva - Valci da Silva - Pedro José Gomes da Silva - Luiz Carlos de Souza Silva

cimentos - Itamar Vago; Oti Pereira do Vas
 cimentos, em tempo: Clival Matos Peçanha
 Jane Costari; Paulo Roberto Gomes de
 Lima - Celio Augusto Campagnaro,
 Eduardo Martins Lana - Geraldo Ferman
 do Ribeiro da Silva; Geraldo Lucareli;
 Mauro de Jesus Botjes - Evaldo Luiz R.
 de Araujo; Carmel Isaac Petrosini
 Ilma do Carmo Oliveira; Saul
 José Duriz. Sendo unicamente
 apresentadas as atas acima,
 subscreveremo o presente Termo
 de Registro

Nilson Loucares
 F. R. de A.

Ata

Ata da Assembleia Geral, convocada para o dia 20 - Vinte de Abril de 1911 - Noventa e Cinco.

Ao dia vinte e quatro proximo do dia Vinte de Abril de mil Noventa e Cinco, em uma das salas da Escola de promissão para o curso de Engenharia de Jardim Camburi, Vila Rica, Estado de Santa Catarina, teve inicio a Assembleia Geral para escolher os membros da "A. G. P." (Associação Comunitária de Jardim Camburi). Tomando a palavra, o Sr. Presidente da A. G. P., Francisco de Paula Damascos esclareceu e lembrou os pontos concernentes com uma votação. Seguiu-se a seguir, a seguinte ordem de trabalhos:

comitadas pelo Sr. presidente procedeu
 a leitura da Ata, tendo anteriormente
 se feita a Verificação de "Quorum",
 constataando a assinatura de Vinte e
 Cinco presenças de eleitores. Após a
 leitura da Ata, procedeu-se a leitura
 dos Editais e Registro de Chapas.
 Colocada em votação a Ata, o Ex. Sr.
 don. Caetano, objectou que a identificação
 de Morador era insuficiente, visto que
 muitos moradores, por este motivo, não
 tem os Contos de Agua, d'uz, em seu
 nome. Decidiu-se na Assembleia,
 que a solução se procurasse entre
 os Fiscaes das chapas, ou entre o
 Fisco e a massa. Os Termos de
 Registro, após lidos, foram pacifica-
 mente aprovados to nove horas,
 ocorreu o inicio da votação, dado
 que ninguém fez nada da platina
 que ficou franquada. Durante a
 votação, sempre permaneceram no recinto
 Fiscaes de cada Chapa, estando
 suas identidades sobre a Mesa Recibos.
 As eleições transcorreram normal-
 mente As 16 (dezesseis) horas, quando
 numero de eleitores a votar
 o tempo de votação, ha
 pontos de Educandário
 os quatro horas, dige,
 pensamente as dezesseis ho-
 ras encerrou-se a sessão
 de quarenta e Vinte e

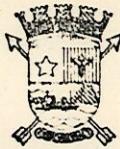
COMITADO DE ...
 TABELING SUBSTITUTO
 ...
 ...

CERTIFICADO E DOU FE, que este documento
 foi produzido e introduzido nos livros de
 ...
 ...
 ...

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page.

seis votantes a seguir, foi designada
 Comissão para apuração, constante
 de: Vicente Fumero - Sebastião José
 Balduino, Mara, digo, Elisabet Mara Pest
 Canicali e mais os seguintes Fiscais,
 um de cada chapa: Reginaldo Carvalho
 de Almeida e Vali da Silva. O Sr.
 presidente convidou para tomar parte
 na mesa os Vereadores Tanu
 Lindoso e Gibson Muniz. Proceida a
 conferência das Cédulas retiradas das
 urnas, foram encontrados 534
 (quinhentas e trinta e quatro) Cédulas.
 A seguir a Junta Apuradora começou
 a apuração encontrando e romando
 os seguintes votos: Para a Chapa Um,
 esta obteve 232 (trezentos e trinta e
 dois) votos; a Chapa Dois obteve Cento
 e Cincoenta e Ceto votos. Aparentam
 quarenta e três votos, Os votos em Branco
 os apuros surgiu em nome do C.A.
 (um). A seguir o Sr. Presidente pro
 clama eleito a Chapa Um. Para
 contar, em Nelson Fernandes, secretá
 rio "Ad Hoc" haverá a presente Ata
 que vai assinada por mim,
 pelo Sr. Presidente, demais compo
 nentes da mesa e Comissão
 apuradora.

Nelson Fernandes
 Com tempo votaram quinhentos e trinta
 e quatro e quatro eleitores conforme essa
 natureza constante das folhas de voto



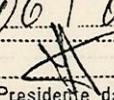
19
38

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

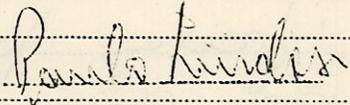
Ordem do Dia nº 1379/85

A Comissão de Justiça.

Em, 06/08/85

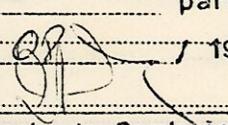

Presidente da Câmara.

Ao Sr. Vereador



para Relatar

Em 09/08/85


Presidente da Comissão

Sr. Presidente

É de alto interesse coletivo a atual proposição, porquanto os objetivos da Associação Comunitária de Jardim Camburi, definidos estatutariamente, são os mais nobres e se alinham com o espírito democrático do nosso povo capixaba. O Art. 169, no seu parágrafo 1º na letra g, proporciona o amparo legal para aprovação desta matéria.

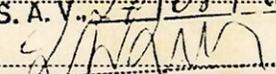
Assim sendo, somos pela aprovação, porquanto não encontramos dispositivo algum que obste esta intenção.

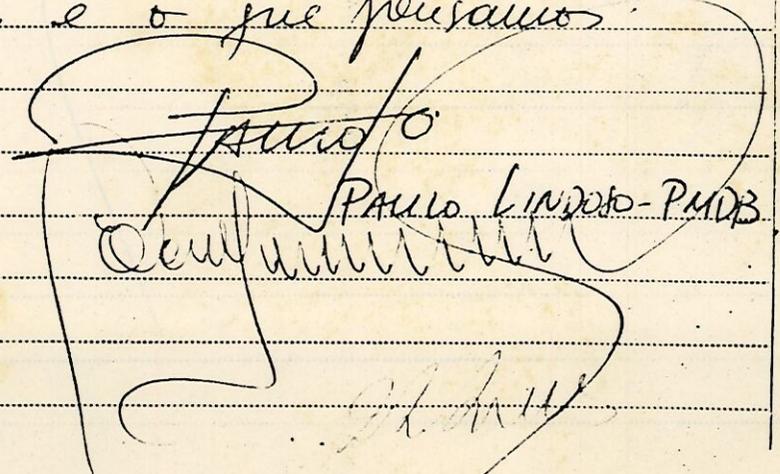
S.M.J., e o que pensamos.

Aprovado o parecer.

Encaminhe-se à Secretaria da Câmara

S.S.A.V. 27/08/85


Presidente da Comissão


PAULO LINDOSO - PMDB

EXTRAÍAM-SE
OS AVULSOS

EM 27/08/15

[Signature]
Presidente da Câmara

A Associação Técnica Legislativa,
para providenciar a
extração dos avulsos, incluindo, a seguir,
no expediente.

Em 27/8/15
[Signature]

SUPERINTENDENTE
ADMINISTRATIVO

M. M.
Requisição para providenciar
a extração dos avulsos.

Em 28/8/15
[Signature]

[Large blue scribble]



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Anexa ao Proc. nº

Inclua-se na ordem do dia

S. S. 27 / 07 / 1955

M. Romão
Presidente da Câmara

Rejeitado 1ª discussão
Arquive-se.

S. S. 14 / 07 / 1986

~~Presidente da Câmara~~

A Superintendência
Para as devidas providências.

Em 16 / 07 / 86

~~Presidente da Câmara~~

J. G. Obae dos Santos,
Arquive-se

Qu 16.07.86

SUPERINTENDENTE
ADMINISTRATIVO